

A. I. N° - 128.858.0001/14-0
AUTUADO - ANDRE PINTO CORREIA GOMES
AUTUANTE - MARIA DE JESUS SANTOS NOVAES
ORIGEM - INFAZ EUNÁPOLIS
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 15.13.2016

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0234-04/16

EMENTA : ITD. DOAÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. É devido o Imposto Sobre Transmissão de “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD) na transmissão “*causa mortis*” e na doação, a qualquer título, de propriedade ou domínio útil de bem imóvel por natureza ou acessão física de direitos reais sobre imóveis e de bens móveis, direitos, títulos e créditos. No caso destes autos, restou caracterizado tratar-se de doação recebida pelo autuado, oriunda de doador estabelecido em outro ente federativo, descabendo, assim, a cobrança por parte do Estado da Bahia. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em referência foi expedido em 10/12/2014 para reclamar crédito tributário no valor de R\$6.946,79 em razão da “*falta de recolhimento de ITD incidente sobre doação de créditos*”.

O autuado ingressou com Impugnação ao lançamento, fls. 10 e 11, pontuando inicialmente que ao efetuar o pagamento do imposto teve como embasamento a Lei nº 4.826/89, Art. 8º. Inciso II, “a” o qual transcreveu.

Cita que o Art. 155 da Constituição Federal dispõe que o imposto em causa (ITD) seja pago ao Estado onde se localiza o doador, neste caso o Estado do Rio de Janeiro.

Salienta que a base de cálculo do imposto anteriormente era no valor de R\$347.339,50, porém, em 27/12/2010 a empresa Supermercado Pague Menos Ltda. sofreu alteração contratual, cujo capital social foi majorado para R\$450.000,00, surgindo, daí, nova base de cálculo oferecida à tributação.

Esclareceu, ainda, que no momento do pagamento do imposto ao Estado do Rio de Janeiro, esta nova base de cálculo foi atualizada para a quantia de R\$497.475,00 que aplicada a alíquota de 4% resultou no imposto devido de R\$19.899,00, o qual foi pago através do DARJ nº 4.645.562448-9, cuja cópia juntou aos autos.

Em conclusão diz sentir-se injustiçado ao se ver tributado em valores irreais e requer a retificação do presente Auto de Infração nos termos acima expostos.

A autuante prestou informação fiscal, fl. 39, citando que a autuação se pautou na declaração do IRPJ do autuado, onde consta, no quadro de rendimentos isentos, doação, o valor de R\$347.339,43 o qual diverge dos valores citados pela defesa.

Com isso, considera que a argumentação e a documentação acostada pelo autuado não são convincentes para modificar seu entendimento, opina pela Procedência do presente Auto de Infração.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD) relativamente a fato gerador ocorrido no ano calendário de 2010.

O autuado se defendeu argumentando que a doação teve como origem ocorrência verificada no Estado do Rio de Janeiro, para o qual o imposto foi pago, apresentando documentos que, ao seu entender, comprovam a origem da doação.

Da análise do conjunto probatório que instrui o presente PAF entendo merecer acolhimento o argumento defensivo.

Isto porque, é sabido que o ITD tem como fato gerador a transmissão “*causa mortis*” e a doação, a qualquer título, de propriedade ou domínio útil de bem imóvel por natureza ou acessão física, nos termos da lei civil; de direitos reais sobre imóveis; e de bens móveis, direitos, títulos e créditos.

Assim é que, no que se refere a exigência pertinente ao presente Auto de Infração, o autuado apresentou os seguintes documentos com o fito de comprovar a origem da doação:

1 – Alteração Contratual datada de 27 de dezembro de 2010, devidamente registrada pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 25/04/2011, onde consta em sua Cláusula Primeira que o Sr. Heitor Correa Gomes retirou-se da empresa Super Mercado Pague Menos Ltda., e transferiu por doação ao novo sócio Sr. André Pinto Correia Gomes 4.500 cotas no valor unitário de R\$100,00 totalizando a quantia de R\$450.000,00.

2 – Guia de doação emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, no valor declarado de R\$450.000,00 ao qual foi atribuído o valor de R\$497.475,00 para efeito de cálculo do ITD no valor de R\$19.899,00.

3 – DARJ pago no valor acima.

4 – Cópia da declaração do Imposto de Renda do exercício de 2011, ano calendário 2010, onde consta no campo de bens e direitos o seguinte dado: “15% das cotas do Supermercado Pague Menos, adquiridas por doação do pai, Heitor Correa Gomes, CPF 000.862.235-34 em 27/12/2010 no valor de R\$347.339,43”.

Ora, apesar da divergência existente entre o valor de R\$347.339,43 declarado pelo autuado à Receita Federal à título de recebimento por doação e o valor de R\$450.000,00 constante na alteração contratual acima mencionada, vejo que este fato não é relevante para desconsiderar a origem da doação, até porque a autuante não trouxe qualquer prova de que a doação foi de outra origem e que o fato ocorreu no território do Estado da Bahia. Inexistem, ao meu ver, provas nos autos neste sentido.

Isto posto, vejo que, de fato, a Lei nº 4.826/89, que instituiu o Imposto sobre Transmissão “CAUSA MORTIS” e doação de quaisquer bens ou direitos (ITD), prevê, em seu artigo 8º, inciso II, alínea “a”, que será considerado local da transmissão *causa mortis* ou doação, aquele onde tiver domicílio o doador, no caso de bens móveis, direitos, títulos e créditos. Veja-se a redação do dispositivo mencionado:

Art. 8º Considera-se local da transmissão “CAUSA MORTIS” ou doação:

I - tratando-se de imóveis e de direitos a eles relativos, o da situação dos bens;

II - tratando-se de bens móveis, direitos, títulos e créditos, **onde tiver domicílio:**

a) o doador ou onde se processar o inventário ou arrolamento;

Dessa maneira, mostra-se, ao meu sentir, insubsistente a cobrança do débito aqui lançado no valor de R\$6.946,79 pelo fato de descaber exigência do ITD pelo Estado da Bahia.

Em conclusão voto pela Improcedência do presente Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **128858.0001/14-0**, lavrado contra **ANDRE PINTO CORREIA GOMES**.

Sala das Sessões do CONSEF, em 06 de dezembro de 2016

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE / RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA

VALTÉRCIO SERPA JÚNIOR - JULGADOR